

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Major Group BASD

Relatório do Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica: governamentalidade planetária,
novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

Desde o início da Primeira Cúpula da Terra, em 1992, percebeu-se que o desenvolvimento sustentável não poderia ser alcançado apenas através da atuação de governos, mas que seria necessária a participação ativa de todos os segmentos da sociedade e tipos de pessoas – consumidores, trabalhadores, empresários, agricultores, estudantes, professores, pesquisadores, ativistas, comunidades nativas e outras comunidades interessadas.

A Agenda 21 formalizou nove destes grupos como categorias principais, através das quais todos os cidadãos podem participar das atividades da ONU para alcançar o desenvolvimento sustentável. Estes grupos são oficialmente chamados de “Major Groups”.

Os Major Groups na Rio+20

Até o dia 1º de novembro de 2011, foram apresentadas 677 propostas provenientes da sociedade civil para a elaboração do Draft Zero para as negociações da Rio+20, após uma chamada realizada no site da Organização das Nações Unidas (ONU) especialmente dedicado à Conferência. A chamada foi realizada com mais de seis meses de antecedência do prazo final.

Mais de 450 representantes da sociedade civil – denominados *major groups* – enviaram recomendações. De acordo com o site da ONU, os Estados contribuíram com 100 propostas (15% do total); os grupos políticos (como o G-77+China) com 5 (1% do total); as integrações regionais com 5 (1%); a ONU e outras organizações internacionais com 74 (11% do total); e os *major groups* com 493 (73% do total).

Os *major groups* contribuíram com propostas na interface dos temas centrais da Conferência (economia verde e governança para o desenvolvimento sustentável) com áreas como energia, comércio, cidades, tecnologia, oceanos, consumo e produção. As organizações estendem-se de ONG que protege montanhas até associações de carvão.

Finalizado o prazo de envio das propostas, os *major groups* foram divididos em sete diferentes setores: negócios e indústria; indígenas; comunidade científica e tecnológica; crianças e jovens; mulheres; agricultores; trabalhadores e sindicatos. Essa divisão dos *major groups* foi realizada apenas posteriormente à chamada de propostas. A definição dos núcleos temáticos dos *major groups* também ocorreu apenas em um momento posterior à chamada.

BASD 2012

A Ação Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável 2012 (BASD 2012) é a coordenadora oficial das Nações Unidas do *major group* negócios e indústria. A BASD 2012 é uma rede global de organizações empresariais que se uniram para promover o desenvolvimento sustentável. A BASD 2012 tem como objetivo representar a voz dos negócios no processo da Organização das Nações Unidas RIO+20, com o objetivo final de melhorar a contribuição da conferência para mercados sustentáveis e inclusivos.

A BASD é uma iniciativa conjunta entre a [Câmara Internacional de Comércio \(ICC\)](#), do [Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável \(WBCSD\)](#) e do Compacto Global das Nações Unidas (ICG).

O setor privado

Muitos ao redor do mundo fazem parte do "Setor privado", seja como autônomos, empresários, agricultores, ou pequenos e médios empresários bem como grandes empresas multinacionais. O setor privado gera a maior parte dos bens e serviços que são utilizados todos os dias e devem estar ativamente envolvidos para resolver as falhas de implementação que têm resultados limitados na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Crenças

Colaboração para um futuro sustentável

É necessário mais do que vontade política para colocar o mundo numa base sustentável. Os governos sozinhos não podem conduzir a uma transformação global, o setor de Business não pode dimensionar sozinho soluções para atender necessidades globais e a sociedade civil não pode alcançar o desenvolvimento sustentável de forma isolada.

Transição para uma Economia Verde e Inclusiva

O conceito de economia verde inclusiva é um dos temas prioritários para a Rio+20. O setor de negócios é um participante significativo para modelar e implementar esse conceito, tanto no nível político quanto no nível de mercado. No entanto, o desafio e a oportunidade para esse setor é entender as possibilidades concretas de uma economia verde inclusiva, com suas oportunidades e riscos para os vários setores, cadeias de valor, e os diferentes contextos nacionais. Durante a Rio+20, líderes e especialistas em economia verde discutiram os requisitos para encorajar e acelerar a transição para uma economia verde e inclusiva e compartilharam exemplos de melhores práticas.

Modelos Inovadores de Financiamento

Novos modelos de financiamento são necessários para impulsionar o investimento para a sustentabilidade, tanto nos países em desenvolvimento no mundo desenvolvido. Os mercados de capitais e os quadros políticos vêm tendo sucesso limitado. É preciso pensar e explorar modelos de financiamento inovadores, no nível macro e no nível micro, incluindo financiamento público, financiamento privado, micro-finanças entre outros.

Transição para a governança do desenvolvimento sustentável: o papel do setor privado.

Um setor privado competitivo e próspero, em conjunto com a eficácia do governo, será fundamental para alcançar um progresso significativo no sentido de um mundo mais sustentável. A colaboração entre empresas, consumidores, políticos e organizações da sociedade civil é fundamental na criação de estruturas institucionais que se reforçam mutuamente, para ajudar todas as partes interessadas a cumprir as suas responsabilidades partilhadas e para assegurar uma melhor coordenação e implementação de políticas.

O setor privado tem um papel fundamental a desempenhar para ajudar a alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável, em especial a erradicação da pobreza. Este fato teria sido observado na Agenda 21 e em muitas outras conferências das Nações Unidas, incluindo a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Transparência e Mecanismos de Mensuração

Na Rio+20 buscou-se pensar mecanismos para uma maior transparência e medição da sustentabilidade em diferentes níveis (do produto à empresa e ao país como um todo), refletindo a interligação de questões de sustentabilidade, e a necessidade de ação por muitas partes interessadas. Há a necessidade de os setores público e privado alinharem seus esforços para melhorar a qualidade da informação sobre o desenvolvimento sustentável e criarem metodologias e indicadores em diferentes níveis de comunicação.

Parte da Solução

As pequenas e médias empresas constituem mais de 90% das empresas no mundo e fornecem 50-60% dos empregos em todo o mundo, particularmente nos países em desenvolvimento. Elas podem, portanto, desempenhar um papel fundamental para o crescimento verde tanto nos setores formais quanto nos informais e também para a erradicação da pobreza, para a responsabilidade ambiental e para o bem-estar social. No entanto, enquanto não existirem condições do ponto de vista político, financeiro e tecnológico, as pequenas e médias empresas podem ser negativamente afetadas. Apesar de terem papéis chave na cadeia de abastecimento global, a transição para práticas mais sustentáveis tem significativos impedimentos para elas, devido aos custos excessivos e oportunidades muito limitadas para obter uma assistência financeira e a falta de tecnologia, entre outros. É preciso encontrar maneiras inovadoras para maximizar o seu papel na realização de um mundo mais sustentável.

Economia Verde

A economia verde é descrita como uma economia em que o crescimento econômico e a responsabilidade ambiental trabalham juntos, de forma que se reforçam mutuamente, apoiando o progresso do desenvolvimento social. O Major Group Negócios e Indústria têm assim um papel crucial no fornecimento de produtos economicamente viáveis, processos, serviços e soluções necessárias para a transição para a economia verde.

A economia verde deve integrar os três pilares (sociais, econômicos e ambientais) do desenvolvimento sustentável. Os esforços de todos os atores precisam superar a visão e as pressões de curto prazo e se concentrar no desenvolvimento de valor compartilhado a longo prazo.

Requisitos

O Major Group Negócios e Indústria acredita que para a transição de empresas e governos rumo à economia verde são necessários os seguintes itens:

1- Inovação social

1.1 Consciência

A mudança para uma economia verde requer a conscientização sobre a profundidade da economia global, dos desafios ambientais e sociais, bem como das novas oportunidades. Consciência e compreensão são pré-requisitos para o estabelecimento de prioridades e ações e exigem uma mudança no debate global. Esse tema é uma prioridade compartilhada e um desafio para todos os atores, o governo, as organizações inter-governamentais, o setor de negócios, a sociedade civil e os consumidores.

1.2 Educação

A educação é fundamental para a operacionalização da economia verde. A educação deve ser reforçada pelos responsáveis políticos, acadêmicos e empresariais, a fim de desenvolver as habilidades e o empreendedorismo necessários para a implementação da economia verde. Todos os paradigmas da educação serão afetados a partir da constante evolução dos entendimentos ambientais e científicos. A Economia Verde deve procurar desenvolver as habilidades necessárias nas disciplinas tradicionais e nas inter-disciplinares, no capital humano e natural, nos modos de vida sustentáveis, etc.

1.3 Emprego

O emprego é um elemento crítico para a economia, para o meio ambiente e para o desenvolvimento social. A Economia Verde oferece a possibilidade de emprego digno em escala global, especialmente como um meio para superar a

pobreza. As políticas destinadas a criar o chamado emprego verde não devem vir à custa de uma redução líquida de postos de trabalho na economia de forma geral. A distinção entre empregos 'verdes' e 'marrons' deve ser evitada conforme todos os tipos de empregos forem contribuindo para 'esverdear' a economia como um todo.

2. Inovação ambiental

2.1 Eficiência de recursos

A Economia Verde reconhece que os recursos do mundo são finitos e devem ser gerenciados com a escassez em mente. De acordo com esse princípio, a eficiência dos recursos materiais leva em conta o princípio do 'mais com menos'. Ele também procura levar em conta o valor econômico do capital natural e dos serviços dos ecossistemas. A longo prazo, a economia verde se esforça para aumentar os benefícios econômicos, sociais, e ambientais e alcançar a sustentabilidade enquanto dissocia as atividades econômicas e o desenvolvimento social dos impactos ambientais negativos.

2.2 Ciclo de Vida

A Economia Verde adota uma abordagem de ciclo de vida que pretende minimizar ainda mais o impacto ambiental de toda a atividade econômica através da aplicação da ciência e reconhecendo os conhecimentos emergentes. O ciclo de vida de um produto que vai da extração da matéria-prima até o tratamento de recuperação, reciclagem e reutilização ou re-fabricação, passa a ser considerado pela economia verde. Uma abordagem do ciclo de vida completo também ajuda a identificar oportunidades até então desconhecidas e pode ser responsável por evitar consequências indesejadas, implicações colaterais e competição por recursos.

3. Inovação econômica

3.1 Mercados abertos e competitivos

A economia verde enfatiza a importância do crescimento sustentável e do acesso a mercados funcionais e eficientes. Ela reconhece que depender dos mercados é indispensável para a evolução tanto das sociedades quanto das empresas em direção a uma atividade econômica mais verde e a prosperidade. Para tornar um sistema econômico funcional, a economia verde precisa estar integrada no mercado global e internacional e operacionalizada no mercado e nos balanços empresariais.

3.2 Mensuração, Contabilidade e Comunicação

Para a economia verde para se tornar operacional, indicadores, medidas de contabilidade e uma boa divulgação devem ser desenvolvidos de modo que façam sentido em termos econômicos. Isso implica a busca simultânea pelo desenvolvimento de métodos verdes para a mensuração do crescimento, tanto a nível da empresa quanto do ponto de vista das normas de contabilidade e dos indicadores econômicos no nível do Produto Interno Bruto (PIB).

3.3 Finanças e Investimentos

A Economia Verde impulsiona ativamente a inovação no financiamento público e privado e do investimento na direção do desenvolvimento sustentável. Para ter sucesso, ela deve definir políticas de apoio e estruturas de regulamentação que promovam decisões lúcidas de investimento por parte dos investidores públicos e privados. A economia verde estimula o surgimento de uma nova demanda por empresas inovadoras e responsáveis e por serviços do governo pautados na transparência. Ela também fornece mecanismos apropriados de parcerias público-privadas que se focam para além das pressões de curto prazo, enfatizando o desenvolvimento de valor compartilhado a longo prazo.

4. Aplicação simultânea de elementos transversais

4.1 Integrando políticas ambientais, sociais e econômicas à tomada de decisão

A Economia Verde tem uma abordagem holística para a tomada de decisão. Ela integra e equilibra as políticas ambientais com as prioridades sociais e econômicas, considerando conseqüências intencionais e não intencionais de políticas interligadas - que podem resultar em sinergias ou barreiras e favorecer ou dificultar o crescimento em toda a economia. Por conseguinte, será essencial melhorar a contribuição científica e considerar as perspectivas de uma variedade de partes interessadas para avaliar as políticas e melhorar os processos já em andamento.

4.2 Governança e Parcerias

A Economia Verde é baseada em estruturas de governança que permitam a todos os atores cumprir suas responsabilidades compartilhadas. As estruturas de governança a nível local, regional, nacional e global precisam ser alinhadas e se reforçar mutuamente para que a inovação ocorra. Os elementos incluem - mas não se limitam a - o comércio e investimento baseados em regras multilaterais, um ambiente econômico estável regido pelo Estado de Direito - incluindo a efetiva proteção dos direitos de propriedade intelectual, fortes arranjos contratuais e comunidades seguras e estáveis. Um modus operandi fundamental de uma economia verde é trabalhar através de novas abordagens que facilitem a colaboração e as parcerias inovadoras entre empresas, governos e sociedade civil. Tais colaborações podem assumir muitas formas, incluindo parcerias público-privadas, compromisso do setor de negócios com sua cadeia de valor, alianças com os consumidores, etc. Ninguém pode fazer isso sozinho.

O Major Group Negócios e Indústria, por meio da BASD, acredita que os seguintes pontos deveriam ser considerados no documento de compilação da Rio +20:

- a- **um sistema completo de estratégias para a sustentabilidade em todo o sistema das Nações Unidas**, incluindo a sinergia e o fortalecimento entre os diversos órgãos que envolvem os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável. Desafios da sustentabilidade, tais como as alterações climáticas, alimentação, escassez de recursos, água, energia, gestão de resíduos, corrupção e inclusão social, erradicação da pobreza, a consciência, emprego, educação, exigem uma abordagem integrada, estratégica e coletiva das Nações Unidas.
- b- **Reforçar a participação das organizações empresariais e de negócios a nível global, regional e nacional**; O setor de negócios é um setor fundamental para a prosperidade, como reconhecido no artigo 30.1 da Agenda 21.
- c- **Reforçar a interação entre ciência e política** no seio das instituições internacionais, com uma participação plena e significativa dos países em desenvolvimento. Isto deve também incluir canais para ciência com credibilidade e robustês provenientes dos stakeholders, particularmente das empresas e indústrias.
- d- **Identificar as prioridades por parte das instituições das Nações Unidas** e sistematizar seu 'expertise'. Nas últimas duas décadas, uma série de novos desafios para o desenvolvimento sustentável, que requeriram desenvolvimento colaborativo da comunidade internacional, vieram à tona. As alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a gestão da água, o avanço da desertificação e a degradação do solo, os danos à vida marinha, todas estas questões têm sido consideradas pelas Nações Unidas em um esforço na busca das melhores soluções.

Contribuições da BASD a temas específicos

1- Acesso à Energia

O acesso confiável, acessível, economicamente viável, socialmente aceitável e ambientalmente saudável à energia é fundamental para o crescimento econômico e para o desenvolvimento sustentável. A pobreza energética induz à pobreza global e a más condições de vida em muitos países em desenvolvimento. Neste contexto, oferecer acesso a serviços energéticos de qualidade e promover a redução dos gases de efeito estufa (GEE), são os principais desafios para a sociedade nesse tema.

O setor de negócios é o principal agente que pode fornecer a solução para a expansão do acesso à energia, e vai trabalhar com as principais partes interessadas para avançar na busca por soluções para um mercado energético sustentável. Pode ajudar também a fornecer acesso universal à energia.

Este papel inclui não só estender o alcance dos serviços de energia, mas também apoiar a qualidade e a confiabilidade dos serviços que são entregues. Esses esforços podem ser incrementados e acelerados por ações governamentais eficazes que promovam iniciativas de apoio ao mercado, incentivos, etc.

Mecanismos de finanças públicas e de desenvolvimento devem ser especificamente concebidos para alavancar o investimento privado que é necessário para alcançar o acesso universal a energia. A mais ampla arquitetura de financiamento deve ser bem projetada com a atenção necessária e com um ambiente regulatório e de investimentos de qualidade. Isso impulsionará significativamente os riscos e os retornos associados a esses investimentos.

2 - Agricultura e Segurança Alimentar

Como setor, a agricultura desempenha um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar das sociedades. Com uma previsão de 9 bilhões de pessoas até 2050, a produção agrícola vai ter que crescer para atender às novas demandas por alimentos, ração, combustível e fibras. A agricultura deve não só atender a demanda, deve também fazê-lo de forma a minimizar seu impacto ambiental e criar meios de vida sustentáveis para os agricultores e os outros agentes ao longo da cadeia de oferta; enquanto ajuda na mitigação e na adaptação às mudanças climáticas.

Em um momento de insegurança alimentar, onde as pessoas mais pobres são as mais vulneráveis, o mundo deve proativamente alavancar o potencial da agricultura para contribuir positivamente para o aumento da oferta de alimentos, para a redução da pobreza - através de melhores meios de subsistência rural - e para a sustentabilidade ambiental. Auto-suficiência, qualidade e disponibilidade alimentares - juntamente com a diminuição da pegada ecológica da agricultura - devem ser elementos centrais de qualquer compromisso político voltado para a economia verde e erradicação da pobreza.

Os resultados da Rio +20 devem refletir um contínuo compromisso de longo prazo para alcançar a segurança alimentar por meio do aumento da produtividade na agricultura e da boa gestão dos recursos naturais.

No entanto, a agricultura, por natureza, representa um mosaico de soluções e práticas, sem uma única prática capaz de atender às necessidades de todos os agricultores. Além disso, a sustentabilidade é um alvo em movimento e para o qual os agricultores em diferentes regiões do globo e em diferentes sistemas de produção já estão progredindo. No entanto todos eles precisam de apoio para melhorar continuamente.

3 - Ecossistemas e Biodiversidade

A biodiversidade é a variabilidade entre os organismos vivos dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Um ecossistema é um complexo e dinâmico sistema de vegetais, animais e micro-organismos em um ambiente não vivo, interagindo como uma unidade funcional. Eles compõem o ambiente que nos rodeia e formam habitats como por exemplo, os recifes de coral, as florestas, as pradarias, os rios, os campos agrícolas e os parques urbanos que suportam várias espécies.

A atual taxa de perda de biodiversidade, induzida pela atividade humana, está alcançando níveis inéditos. Ao longo dos próximos 40 anos, os ecossistemas serão alterados mais rápida e extensivamente do que jamais foram até hoje. Essa perda dos ecossistemas representam riscos significativos, assim como perda de oportunidades para a descoberta de novas tecnologias e de bens e serviços eco-eficientes.

É necessário para a boa gestão dos ecossistemas que todas as partes interessadas, incluindo empresas, reconheçam os benefícios reais dos ecossistemas e o valor real dos serviços destes. O ponto chave é, portanto, integrar o valor e a gestão sustentável dos ecossistemas no planejamento econômico e na tomada de decisões.

Os decisores políticos também têm um papel fundamental a desempenhar na criação de políticas inteligentes que incluem abordagens flexíveis, inovadoras e orientadas para o mercado.

O setor de negócios e os ecossistemas possuem uma relação de interdependência: o setor de negócios depende e impacta a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas. Conseqüentemente, a degradação dos ecossistemas irá afetar a forma como esse setor opera. O setor não pode funcionar se os serviços dos ecossistemas dos quais ele depende são degradados ou estão fora de equilíbrio.

4 – A relação entre alimentos, água e energia

A Segurança energética, alimentar e do acesso a água, bem como a sustentabilidade do uso desses recursos - em especial da água - são questões fundamentais que sustentam a existência das sociedades e são necessárias para o desenvolvimento sustentável. Alimentos, água, e energia são interligados e interdependentes e compreender a conexão entre estas três áreas é essencial para apoiar as abordagens integradas do desenvolvimento sustentável.

A discussão de como as questões do desenvolvimento sustentável são planejadas, precisa levar em conta uma boa maneira de gerir os recursos naturais como terra, água e energia, já que esses recursos servem de suporte à capacidade de mantermos todas as atividades humanas ao longo do tempo.

Água e energia são interligados em muitos setores, tais como fabricação, gestão de resíduos, reciclagem e produção de energia. O setor de energia, por exemplo, é cada vez mais intensivo de água e, com um aumento significativo na procura de electricidade, um aumento significativo na retirada de água e / ou de consumo é esperado.

Nós também precisamos estar cientes de que o aquecimento global, a urbanização crescente e o crescente consumo de água, energia e alimentos continuam a perturbar o nosso ecossistema já frágil.

5 - Ciência, Tecnologia e Inovação

A inovação e o avanço científico e tecnológico constituem um elemento essencial para a transição para o desenvolvimento sustentável e para o crescimento. Reconhecer que a população mundial continuará a crescer nas próximas décadas - especialmente em áreas urbanizadas em

desenvolvimento e emergentes -, e que os recursos do planeta são finitos - em alguns casos já atingindo um nível de escassez -, torna óbvio que as melhorias na eficiência de todos os tipos serão chave para abordar os desafios da sustentabilidade. Isso nos permite fazer mais com menos. Para tanto, basta promover a melhoria regular e contínua das tecnologias existentes e por em serviço tecnologias novas e inovadoras.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável e o crescimento, precisamos de importantes transformações tecnológicas. Essas transformações exigirão infra-estrutura e uma educação que permita ambientes que valorizem a criatividade, a inteligência e a inovação, ambientes que apoiem a implantação e a utilização de tecnologia. Estas se tornarão condições prévias cruciais para alcançar os objectivos fixados para a Rio +20. Os sucessos em sustentabilidade de governos, empresas e indivíduos em todo o mundo dependerá cada vez mais de sua capacidade de gerar e acessar ciência, tecnologia e inovação.

As empresas desempenham um papel de liderança no aproveitamento do potencial de inovação e permitindo o avanço científico e tecnológico. No entanto, o setor de negócios só será capaz de fazê-lo em parceria com governos e outras partes interessadas, e em um ambiente político que incentiva tanto a inovação como o avanço científico e tecnológico, e que reforçe a capacidade dos países em desenvolvimento para absorver, adaptar e utilizar esses avanços para as definições de políticas locais.

Não existe uma política única que, por si só, irá garantir o sucesso, mas sim políticas com abordagens globais para criar ambientes regulatórios e políticos que promovam a inovação e os avanços científicos e tecnológicos.

Os governos devem evitar políticas que poderiam impedir a inovação e a adoção de tecnologias. Devem, como alternativa, adotar políticas de apoio, tais como: investimentos em educação e capacitação; investimentos em pesquisa e desenvolvimento em parceria com as empresas e com a

comunidade científica; investimentos em infra-estrutura, investimentos em mecanismos que permitam a transferência de conhecimento; políticas de proteção e observância aos direitos de propriedade intelectual, promover a concorrência; apoiar o empreendedorismo, os pequenos negócios, e a criação de novas empresas; promover mercados abertos; promover a transparência regulamentar e o pensamento de longo prazo; apoiar padrões de tecnologia voluntária, global e orientada para o mercado; promover o acesso à informação e tecnologias de comunicação.

Enquanto o setor de negócios desempenha um papel chave no desenvolvimento de novas tecnologias e da ciência, é evidente que a difusão e a adoção destas ainda é um desafio em muitos países. O setor privado, através de colaborações com governos e de parcerias público-privadas pode ajudar a trazer soluções para esta questão. No entanto, condições adequadas de mercado e de regulamentação combinadas com o conhecimento local são fatores essenciais para o sucesso da difusão e adoção de tecnologias.

6 - A gestão de recursos e materiais

Conforme a população cresce e novos estilos de vida se desenvolvem, o consumo de recursos naturais aumenta, em muitos casos exponencialmente. Isto significa que haverá aumento da pressão sobre o fornecimento de muitos dos recursos naturais e substâncias que são necessários para sustentar as sociedades, a economia e o meio ambiente.

Em algumas regiões a falta de recursos já é, ou será em breve, um fator que restringe o crescimento verde e os esforços para a redução da pobreza. Não obstante, uma variedade de soluções procuram minimizar este problema e aumentar a "capacidade de carga" da terra de forma sustentável. Estes incluem, consumo e produção sustentáveis, cadeias de valor sustentáveis, a economia circular, e a gestão de materiais sustentáveis. Cada uma destas

abordagens tem vantagens, mas individualmente nenhuma irá fornecer uma solução única ou completa, já que possuem limites. O ideal é promover a combinação dos pontos fortes de cada uma dessas abordagens, promovendo assim o crescimento verde e estabelecendo economias verdes. Mudanças de comportamento e das políticas reguladoras também serão necessárias.

7 - Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e o Papel das Empresas

Os Estados têm o dever primário de promover o desenvolvimento social, a redução da pobreza e de garantir a proteção e promoção dos direitos humanos. Eles também têm responsabilidade para a efetiva gestão dos recursos naturais de que, muitas vezes, o desenvolvimento depende. Estes aspectos estão intimamente interligados e precisam de um setor privado vibrante e que funcione bem, trabalhando em conjunto com o governo e as demais partes interessadas. Só assim será possível promover progressos significativos em direção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milênio, e a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Em outras palavras, os Estados que podem ratificar uma série de convenções internacionais e adotar as resoluções da ONU relativas aos direitos humanos, a pobreza, ao desenvolvimento e a proteção ambiental. Os Estados também são responsáveis pelo desenvolvimento de quadros jurídicos nacionais em prol do desenvolvimento social e econômico. Promovem também a gestão eficaz dos recursos naturais, bem como protegem os direitos dos seus cidadãos. Não obstante o setor de negócios tem a responsabilidade de respeitar os direitos humanos e um papel importante a desempenhar na contribuição para o desenvolvimento social e combate à pobreza.

8 - Parcerias Transformadoras

Enquanto as empresas podem fazer contribuições significativas para o desenvolvimento sustentável de forma independente, as parcerias podem contribuir aumentando o impactos dessa contribuições. Há muitos desafios sistêmicos que só podem ser tratados com os esforços coordenados de uma ampla variedade de atores. A convergência de interesses entre o setor público e o setor privado proporciona uma oportunidade para explorar modelos inovadores de colaboração que alcançarão maior impacto e escala.

No passado, as parcerias com o setor privado foram muitas vezes concebidas apenas como forma de angariar fundos. Hoje em dia, no entanto, é amplamente reconhecido que muitas das mais eficazes parcerias em prol da sustentabilidade utilizam-se das competências todos os parceiros. Tanto o setor público quanto o setor privado têm percebido que o real potencial da parceria reside na sinergia de competências, recursos e conhecimentos que conduzem a iniciativas bem sucedidas.

Como resultado da Rio +20, e com base no legado de Joanesburgo, em 2002, os Governos são convidados a continuar a incentivar parcerias como relações voluntárias e colaborativas entre as várias partes. Parcerias em que todos os participantes concordam em trabalhar em conjunto para alcançar um propósito comum ou empreender uma tarefa específica, e para compartilhar os riscos, responsabilidades, recursos e benefícios.

Há uma grande variedade de parcerias que têm a capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, as parcerias precisam e devem ser reconhecidas pelos governos durante a Rio+20 como um mecanismo chave a ser mantido e estimulado.

9 – Urbanização

Em 2050, a população mundial chegará a 9 bilhões, com mais de 6 bilhões de pessoas vivendo em cidades. Uma abordagem séria e integrada aos desafios urbanos será necessária a fim de atender as necessidades básicas dessa população urbana, permitindo uma vida digna e apoiando as pessoas em suas comunidades.

Com o inchaço da população das cidades a um nível de três milhões por semana, a idéia de construção de ambientes urbanos sustentáveis se torna mais atraente: ela oferece aos cidadãos uma vida melhor por tirar as pessoas da pobreza e fornecer serviços adequados. Promover a boa governança deve tornar-se a regra, a fim de alcançar o progresso necessário à sustentabilidade. Envolver o setor de negócios já no início do processo de planejamento urbano ajudará a criar uma estratégia transversal e fornecerá soluções competitivas e eficazes. Sustentabilidade urbana requer uma visão de todos os desafios interligados, e uma abordagem equilibrada, integrada e adaptada às circunstâncias de cada local.

10 - Água para a Economia Verde e Alívio da Pobreza

Para ter sucesso com o desenvolvimento de uma economia verde e erradicação da pobreza, mais atenção deve ser dada à política da água. Isto é essencial para assegurar que as dimensões econômica, social e ambiental da gestão da água possam ser satisfeitas e estejam integradas com os outros elementos essenciais e inter-relacionados do capital natural e antrópico. Atualmente, a questão da água é subestimada e, conseqüentemente, é alvo de poucas políticas.

No entanto, há um grave déficit no fornecimento de água e saneamento para atender aos requisitos dos Direitos Humanos. É necessário também o

reconhecimento de que haverá dificuldades para alimentar a crescente população mundial a menos que haja melhorias significativas na produtividade de água e de energia na agricultura. A falta de tratamento da água poluída também precisa ser superada de modo a garantir que a água possa ser usada várias vezes, como um meio de superar o estresse de água.

REFERÊNCIAS

Todas as informações foram retiradas de diversos documentos e textos disponíveis no site da ONU para a Rio+20.